

PREFÁCIO

Pouco subsiste hoje do problema da infância abandonada na sociedade portuguesa: o fenómeno limita-se a uns escassos recém-nascidos que são notícia de jornal. Por outro lado, a maior parte das crianças confiadas actualmente a instituições e dadas a adopção passaram algum tempo com a família biológica. No entanto, no Antigo Regime e ainda durante o século XIX, a situação era bem diferente: crianças confiadas a instituições logo após o parto e criadas sem conhecerem a família de origem. Nenhum jornal da época chegaria para registar todas as crianças de que os pais se desfaziam pouco depois do nascimento. Nos nossos dias, poucos se apercebem da amplitude do fenómeno do abandono de crianças na sociedade portuguesa tradicional: uma rede de *rodas* cobrindo a generalidade do território nacional, um sistema anónimo de abandono de crianças, uma máquina administrativa complexa posta a funcionar pelas câmaras municipais, dezenas de milhar de crianças expostas no Reino, milhares e milhares de amas de leite espalhadas pelas cidades e zonas rurais a aleitar esses expostos. Construir a memória desse passado e torná-la disponível ao público é a tarefa de uma série de trabalhos sobre o tema desenvolvidos recentemente. Não que o senso-comum não tenha conservado a memória do *exposto*, apenas o tempo e ignorância o parecem ter limitado ao bastardo de origem nobre. Imagem que esta investigação desmente, ao esquecer as excepções e colocar o fenómeno na sua justa dimensão: a de uma população pobre, a de uma massa anónima de mulheres, nem sempre solteiras, e a de milhares de crianças mortas precocemente.

O trabalho que agora se apresenta, elaborado no âmbito de uma dissertação

(*) Professora auxiliar da Universidade do Minho

de mestrado, tem como espaço cronológico um período muito significativo: o século XIX que assistiu por um lado à reorganização administrativa do pós-vitismo e por outro à fase final do sistema de abandono. Trata-se de um período de análise privilegiado, em que se por um lado ressaltam os aspectos de continuidade em relação ao século XVIII, se colocam por outro em evidência os esforços de reorganização oitocentistas e se assistem às tentativas de substituição do sistema de abandono por outras formas de apoio às crianças necessitadas.

Nenhuma abordagem do tema em questão poderia dispensar a análise das estruturas postas a funcionar pelo poder político central e local: estas são a base de uma oferta de serviços que criava condições para que as populações abandonassem as crianças. Dessa forma, o seu autor começa por focar no primeiro capítulo as linhas mestras da administração da assistência aos expostos no Reino ao longo do século XIX, partindo da legislação de Mouzinho da Silveira até à Comissão que elaboraria o regulamento de 1867. Este último tentava pôr termo aos sistema de abandono através de três medidas básicas: extinguir as *rodas* substituídas por hospícios de admissão justificada; atribuição de subsídios de lactação e intimações às mulheres grávidas não recatadas (solteiras e viúvas). No segundo capítulo procura-se retratar em traços largos a situação geral portuguesa, e o leit-motiv destas páginas parece ser, a justo título, o elevado número de expostos a cargo das instituições públicas. Finalmente, o terceiro capítulo analisa o impacto das medidas legislativas no Algarve, bem como as dificuldades de implementação do novo sistema.

Numa segunda parte do livro, tomamos contacto com a prática do abandono de crianças e aleitamento respectivo por amas, analisada a partir de um estudo de caso: o da Roda de Loulé entre 1820 e 1884. Baseando-se em dados seriais quantificáveis, o autor descreve aspectos indispensáveis em qualquer estudo sobre abandono de crianças e que se tornaram clássicos neste tipo de trabalhos: quantificação de volume de expostos, sazonalidade, relação de masculinidade e mortalidade, caracterização das amas de leite para acabar com uma análise dos custos que os expostos representavam para as autoridades locais, tanto ao nível da manutenção da Roda e Hospício de Loulé como também ao nível das despesas com amas.

ABANDONO DE CRIANÇAS NO ALGARVE O CASO DOS EXPOSTOS DE LOULÉ (1820-1884)

Nuno Osório Cortes (*)

INTRODUÇÃO

Entrando num campo social vasto como é o das marginalidades, o tema das crianças expostas ou abandonadas adquire, ao longo dos séculos XIX e XX, uma atenção mais especializada.

O fenómeno tomou vulto durante o século XIX em toda a Europa, sobretudo, no seu espaço meridional, sustentando uma envergadura ameaçadora traduzindo, em parte, as contradições e desequilíbrios próprios de uma sociedade em transformação como é o caso presente da sociedade novecentista portuguesa.

O tema dos expostos não pode reduzir-se aos números e, para além da demografia e economia dos expostos, ficam pendentes numerosos aspectos. Desde logo impõe-se a necessidade de distinguir, historiograficamente, entre exposição e ilegitimidade de forma a precisar-se com correção os quantitativos adiandados. Depois, a análise qualitativa que encerra toda uma forma de compreender a infância, a família, o trabalho, os códigos de honra, a religiosidade, o sexo, a moral, etc...

Compreender, também, as estratégias familiares de sobrevivência num contexto de pobreza e miséria. Nesse sentido, torna-se necessária uma abordagem mais individualizada aos protagonistas que viveram as circunstâncias da exposição. De um lado as instituições, a oferta institucional da assistência e, do outro, o efeito de socialização das mesmas, ao alimentarem a assimilação

(*) Mestre em História Moderna e Contemporânea.